

VICHY E A FRANÇA LIVRE NA ÁFRICA OCIDENTAL DURANTE A SEGUNDA GUERRA

PROF. MICHAEL CROWDER

Universidade de Ifé, Nigéria

Costuma-se encarar a II Guerra Mundial como o marco inicial da descolonização na África Ocidental Inglêsa. Durante aquele conflito a Grã Bretanha introduziu mudanças radicais nas diretrizes sociais, econômicas e políticas para com suas colônias do Oeste Africano. Estas colônias haviam assumido um papel vital durante a guerra, quer do ponto-de-vista estratégico, quer no que diz respeito a homens e material. Em consequência, a Grã Bretanha sentiu-se obrigada a fazer concessões econômicas, sociais e políticas aos seus súditos africanos. Mais importante ainda é o fato de que, trazendo suas colônias africanas para uma guerra mundial, em que forças resolutamente anticoloniais como os Estados Unidos e a Rússia eram seus aliados, se achou forte pressão da parte dessas nações para efetuar reformas. Na esfera sócio-econômica, os Atos de Desenvolvimento e Bem-Estar Colonial pressagiavam uma política segundo a qual o governo metropolitano aceitava que a "ajuda" para o desenvolvimento não era uma obrigação da sua parte. Na esfera política onde, antes da guerra, autogoverno para as colônias africanas tinha sido uma vaga meta que nenhum administrador acreditava possível de ser atingida durante toda a sua vida, medidas limitadas de autogoverno e participação no processo político foram adotadas nas novas constituições promulgadas no fim da guerra (1).

Na África Ocidental Francesa, a guerra iria ter igualmente importantes resultados, embora algum tanto diferentes, na liberalização do regime social, econômico e político das respectivas colônias.

I

Antes da Segunda Guerra Mundial, a África Ocidental Francêsa era econômica e politicamente dominada pela metrópole. Na esfera política, afora as Quatro Comunas do Senegal, nenhum africano da África Ocidental Francesa tinha quaisquer direitos, exceto um pequeno grupo de cidadãos que não ia a mais de 2.136 em 1936 (2).

A esmagadora maioria da população estava classificada como *subjects*, ou súditos, que ficavam submissos aos duros códigos do indigenato ou da justiça administrativa, de acordo com o qual qualquer um poderia ser pôsto na prisão, sem julgamento, pela administração colonial. Este código também sujeitava os africanos dos domínios franceses na Costa Ocidental ao serviço militar obrigatório, à obrigatoriedade do trabalho forçado, ao cultivo compulsório de certas culturas e, acima de tudo, fazia a atividade política impossível para os nativos. Econômicamente, as colônias da África Ocidental eram tratadas como apêndices da metrópole, e qualquer ajuda para melhoria da sorte dos africanos era quase ignorada. A única exceção a esta regra foi a barragem de Sansanding, no Níger, que se destinava a abrir novas terras de cultura para colonização pelos agricultores franceses, famintos de terra, no Sudão Francês (Mali) e no Alto Volta. Na esfera social, fundos para a melhoria da condição geral do africano eram escassos. De uma população provável de mais de 12 milhões em 1934, somente 60.000 crianças estavam em escolas de vários tipos (3). O único aspecto positivo da política social francesa para as colônias da África Ocidental estava no campo dos serviços de saúde que, em comparação com os da África Ocidental Britânica, eram muito mais sistemáticos e se destinavam a alcançar o maior número possível de indivíduos. De uma maneira geral, contudo, a situação política, social e econômica dos africanos em territórios dominados pela França era muito pior do que nas colônias britânicas, e, talvez, a demonstração mais concreta disto tenha sido a imigração em larga escala de africanos daqueles territórios para as colônias britânicas, particularmente para a Costa do Ouro (Gana) e a Nigéria.

É contra este pano-de-fundo que deve ser encarada a luta entre os adeptos do regime de Vichy, do Marechal-de-Campo Pétain, que concluiu um armistício com os alemães, e os partidários do General De Gaulle, que proclamou uma França Livre, segundo o qual a França deveria continuar lutando contra os alemães e italianos. Esta França Livre, como veremos, baseava-se não na metrópole, mas na África Equatorial Francesa, uma das mais atrasadas partes do Império Francês.

É um mito da história colonial francesa que o regime de Vichy na África Ocidental Francesa tenha sido muito mais duro do que o de seus predecessores, e do que o seu sucessor em 1942, o regime da França Livre. É também um mito dizer-se que os africanos estavam prontos para considerarem-se franceses e lutar pela liberdade da França. Como escreveu o romancista Mbella Sonne Dipoko, dos Camarões, em recente artigo sobre o regime da França Livre no seu país: "Lembro-me que, ainda criança, vi homens dos Camarões sendo recrutados por soldados bambaras (do Sudão Francês). Al-

guns fugiram para o mato; muitos outros, porém, seguiram, claramente contra a vontade, não porque eles não desejassem lutar contra a Alemanha nazista, ao lado da França, mas simplesmente porque eles não podiam se preocupar com uma coisa ou com outra. . .” (4).

“Não foram os africanos que vacilaram entre o Movimento da França Livre e o regime de Vichy. O *direito* mesmo de vacilar lhes era negado porque, embora as forças francesas tivessem sido derrotadas na França, os africanos de fala francesa eram ainda um povo colonizado, e havia ainda funcionários de fala francesa nas colônias para levar adiante o trabalho de um govêrno autocrático. Foram êsses funcionários que, com notáveis africanos escolhidos a dedo, associaram-se pró ou contra De Gaulle. E uma vez decidido o assunto por um caminho ou outro, tudo o que tinham a fazer era emitir ordens aos seus subordinados para segui-los”. (5).

O escopo dêste breve trabalho é mostrar que a disputa entre a França Livre e Vichy não dizia respeito aos africanos como agentes ativos, mas, pelo contrário, apenas como passivos. Contudo, o resultado dessa participação passiva foi a introdução de importantes reformas políticas, sociais e econômicas.

I I

A administração da África Ocidental Francesa mal teve tempo de se adaptar à realidade da II Guerra Mundial antes que a França fôsse derrotada pelos alemães e do armistício assinado em 21 de junho, pelo qual o Sul da França ficou em mãos dos franceses sob o chamado Govêrno de Vichy, do Marechal Pétain e de seu Premier Pierre Laval. Al

Na África Ocidental Francesa, a única atividade digna de atenção nos poucos meses que antecederam à capitulação da França foi o recrutamento e treinamento militar de soldados africanos para o exército francês. Na I Grande Guerra, cêrca de 180.000 soldados africanos participaram da atividade bélica na frente européia. De 1919 em diante, o serviço militar tornou-se obrigatório para todo indivíduo adulto de sexo masculino entre as idades de 19 e 28 anos. Antes da capitulação, tropas africanas já tinham sido mandadas para a França, enquanto na própria África Ocidental Francesa havia cêrca de 118.000 homens à disposição dos franceses, a maioria dêles reservistas ou recrutas alistados em consequência dos recrutamentos de 1939 e 1940. Dêstes, sòmente uns 20.000 eram considerados suficientemente treinados para serem enviados ao campo de batalha (7).

Sob os têrmos do armistício, as colônias francesas deveriam ser neutralizadas, o que significava o licenciamento da maior parte do exército negro da França, cujo efetivo ficou reduzido a 25.000 ho-

mens. A África Ocidental Francesa deixou, formalmente, como a França de Vichy, de ter qualquer papel bélico na guerra. Suas reduzidas forças militares eram apenas para a autodefesa; economicamente, ela estava limitada a prover de comida a estrangulada metrópole, caso pudesse mandar-lhe alimentos através do bloqueio econômico imposto pelos britânicos.

I I I

A queda da França e os acordos de Vichy produziram consternação geral entre os administradores franceses no além-mar. Por um lado, havia sua lealdade ao governo legítimo da Terceira República, presidido pelo Marechal Pétain, o grande herói que defendeu com sucesso a França contra os alemães na I Guerra Mundial. Por outro lado, havia o apêlo do relativamente desconhecido General De Gaulle para juntarem-se ao seu Governo da França Livre no exílio. Se De Gaulle pudesse conseguir a adesão das colônias, seu governo poderia ser mais do que um governo de papel. Ele teria território e, o que é mais importante, homens para recrutar como soldados. Poderia também suprir os aliados com munição de bôca, grandemente necessitada. Os próprios administradores, mesmo antes do chamamento de De Gaulle, haviam já considerado se um bloco compreendendo as colônias africanas da França deveria ou não ser formado para continuar a luta contra a metrópole. O que ficou claro foi que, ao que nos parece, se a África Ocidental Francesa houvesse se unido contra os alemães, êstes quase certamente teriam invadido a África do Norte Francesa. Esta, com certeza, foi uma possibilidade que falou mais alto à consciência dos administradores franceses.

Tanto quanto interessava aos combatentes europeus, a África Negra Francesa era estratégica por duas razões acima dos seus recursos em homens e material. Primeiro, Dacar era o terceiro maior pôrto do Império Francês depois de Marselha e do Havre; segundo, o Níger e o Tchad tinham fronteiras comuns com a colônia italiana da Tripolitânia (Líbia), enquanto o Tchad dava acesso ao Sudão Anglo-Egípcio e às colônias britânicas da África Oriental, tôdas elas sob pressão do Eixo.

Um importante fator na decisão tomada pelos vários governadores coloniais franceses quanto a qual dos lados apoiar, foi a destruição da frota francesa em Mers-El-Kebir, na Argélia. Segundo os termos do armistício, a grande frota francesa deveria ser neutralizada. Uma vantagem que os ingleses tinham a seu favor naquele tempo era a sua superioridade nos mares. Os britânicos temiam muito que a força naval francesa, embora neutralizada, pudesse ser tomada pelos alemães que tinham apenas uma frota relativamente pequena à sua disposição. Os ingleses emitiram um *ultimatum* à

frota francesa para juntar-se à força naval britânica, ou ter os seus navios desarmados por eles, que os guardariam em seus portos até o final da guerra. Outra alternativa era a de que os franceses pudessem botar os seus próprios navios a pique. A França recusou tôdas as três alternativas, e assim os inglêses destruíram o grosso da marinha francesa nas docas de Mers-El-Kebir, matando mais de 1.400 marinheiros franceses (8). Esta ação, justificada pelos britânicos sob o argumento de que não podiam correr o risco da mais remota possibilidade de que a frota francesa viesse a cair nas mãos dos alemães ou italianos, indica a sua falta de confiança no regime de Vichy. Isto amargurou de tal maneira tantos franceses que êles não puderam aceitar cooperar com os inglêses e com De Gaulle. Além do mais, em Dacar, a realidade de Mers-El-Kebir e a perda de tantas vidas francesas foram vivamente sentidas, pelo fato de o semi-destruído navio de guerra *Richelieu* ter chegado àquele pôrto.

Na África Ocidental Francesa, enquanto De Gaulle tinha alguns partidários, a maioria da administração preferiu a opção mais fácil da neutralidade sob os têrmos do armistício (9). Muitos dos que tinham até ali hesitado, ficaram chocados com a destruição, aparentemente sem provocação, da frota francesa. Finalmente, deve ser lembrado que o General De Gaulle era um general francês não muito importante e relativamente obscuro. O drama de consciência dos oficiais francêsês está muito bem retratado na conversação seguinte, referida por Du Gard, quando a França Livre tentou persuadir o Govêrno de Dacar a aderir à sua sorte. O Comandante Orfevre, apoiando o Govêrno de Vichy, tendo prendido D'Argenlieu, um dos delegados de De Gaulle, disse-lhe: "D'Argenlieu, você pertence a uma ordem religiosa e eu também sou um crente. Portanto, nós sabemos como fazer um exame de consciência. Eu já fiz o meu e estou absolutamente convencido de que pratiquei o meu dever".

D'Argenlieu respondeu-lhe: "— Nosso dever é cumprir nossas obrigações para com a Inglaterra". "— Eu obedço os meus legítimos líderes", replicou Orfevre. "— Nossos chefes nos traíram", objetou D'Argenlieu.

Este conflito entre suas obrigações para com os líderes legais e suas objeções sob o argumento da traição era verdadeiramente real para a maioria dos franceses.

Um antigo Governador-Geral dos Camarões, Pierre Boisson, êle próprio um veterano de Verdun sob as ordens do Marechal Pétain, tendo ali perdido uma perna, foi nomeado Alto Comissário do Govêrno de Vichy para a África Negra, isto é, tanto para a África Ocidental como para a África Equatorial Francesa. Seu quartel general era em Dacar, e êle procurou ganhar o apoio de todos os territórios de que estava encarregado e não sòmente da África Equatorial. Ali, o Governador Felix Eboue, do Tchad, o primeiro negro,

da Guiana Francesa, a ser designado governador na África Ocidental, formou com De Gaulle. Este foi um grande triunfo para os Aliados, desde quando isto lhes dava um ponto de escala, em Fort Lamy, através da Nigéria, para a África Oriental e do Norte. Logo depois, os Camarões, cujo Governador-Geral, Brunot, estava hesitando em apoiar De Gaulle foram tomados, pelo Coronel Le Clerc, num fulminante golpe-de-estado organizado na Nigéria. Isto assegurava aos Aliados o interior do Tchad, pois o Tchad não tinha fronteira territorial com a Nigéria, mas apenas o lago. Logo depois, o Congo (Brazzaville) aderiu a De Gaulle, e a administração pró-Vichy do Gabão foi posta de lado à força. Estes eventos davam a De Gaulle a muito precisada base territorial para a sua França Livre. Eboue então se tornou Governador Geral da Federação Equatorial, com base em Brazzaville.

Boisson ficou, assim, sendo efetivamente Governador-Geral somente da África Ocidental Francesa. Sua política era clara: preservar a neutralidade da África Ocidental Francesa a todo o custo, a tal ponto que chegou a impedir o acesso de qualquer alemão a qualquer parte de seu domínio. Boisson foi bem sucedido com esta política, e é claro bastante que, apesar da propaganda em contrário, nenhum submarino alemão jamais usou o pôrto de Dacar. Somente um oficial alemão visitou Dacar àquela época, e isto por motivo de doença e sob estrita vigilância do próprio Boisson (11).

Se Boisson tinha algumas dúvidas quanto ao apoio da maioria dos franceses para a sua política, estas deixaram de existir quando da fracassada tentativa de invasão de Dacar pelos ingleses e pelos franceses "livres". De Gaulle havia persuadido Churchill de que tinha bastante partidários em Dacar para tomá-la sem dificuldade. Assim, em 23 de outubro, De Gaulle mandou emissários a Boisson, apoiados por parte da frota inglesa e pela força naval da França Livre, a fim de persuadir Boisson a aderir à sua causa. Um grupo de emissários foi prêso, enquanto o outro grupo conseguiu escapar. Diante da recusa de Boisson para negociar, as forças britânicas e da França Livre combinadas, atacaram Dacar, tentando desembarcar tropas. Boisson defendeu Dacar com sucesso contra o assalto. As mortes de franceses e africanos nas mãos dos Aliados tornou mais inflexível as atitudes contra De Gaulle e deu a Boisson mais forte apoio para a sua política.

Daí em diante, Boisson continuou sua política de estrita neutralidade, embora reconstruísse seu exército africano de tal maneira que não levantou a suspeita dos alemães ao ponto de provocar intervenção nas colônias francesas. Quando êle se juntou aos Aliados em 1942, tinha, segundo Du Gard, um bem treinado exército africano de 100.000 homens, uma meia-brigada da Legião Estrangeira

e um batalhão europeu, além das armas necessárias, bem como navios de guerra e aeroplanos (12).

I V

Em tôda essa situação os africanos eram pouco mais do que espectadores passivos. Para a grande maioria, a instalação de uma administração em Vichy fêz muito pouca diferença. Em certo sentido até melhorou suas vidas. Antes do armistício a África Ocidental Francesa deveria suprir a Metrôpole com o maior número de soldados e o máximo de alimento possível (14). Sob o Govêrno de Vichy a restrição ao tamanho de exêrcito a ser admitido na África Ocidental Francesa significava que o recrutamento forçado, na escala atingida durante a I Guerra mundial, e na época levado a efeito nos Camarões e na África Equatorial Francesa, havia sido abandonado. Além do mais, o bloqueio britânico aos portos da África Francesa tornava difícil a exportação de alimentos, de maneira que a necessidade do cultivo compulsório de certos produtos diminuiu. Isto, porém, significava para os africanos uma severa diminuição nos seus ganhos.

O único grupo que sofreu um grande retrocesso sob o Govêrno de Vichy foi o dos *citoyens* africano-franceses. Com a abolição das instituições representativas locais, como ocorreu na França, êles foram de fato reduzidos ao *status* de *sujets*. Sômente êste grupo, forçado a ocupar um lugar de segunda classe em relação aos europeus, como sempre coube aos *sujets*, tinha motivo para ressentimentos. Por outro lado, contudo, a atividade da sua parte em favor da França Livre parece ter sido muito limitada (15). Já vimos que quando De Gaulle tentou desembarcar em Dacar, nem a população africana nem a francesa uniram-se a êle.

Para a população de Dacar a questão de aderir a De Gaulle, um desconhecido General-de-Brigada, era uma questão remota. A maioria era-lhe, como os camerunenses, indiferente. Esta luta era entre duas facções francesas, não dizia respeito, em verdade, aos africanos. De fato, tanto quanto lhes era permitido tomar partido, Vichy era o lado mais simpático, pois muitos ex-soldados sabiam quem era o Marechal Pétain, o herói de Verdun, e alguns mesmo haviam servido com êle e lutado sob suas ordens. O próprio Pétain havia pessoalmente visitado a África Ocidental em 1925 a fim de recrutar soldados.

A administração francesa explorou ao máximo a fama do velho Marechal de aparência benigna. Tentaram fazer o seu regime tão agradável ao paladar dos africanos educados quanto possível. A imprensa local deu a homens como Mamadou Dia, antigo Premier do Senegal, e Quezzin Coulibaly, antigo Premier do Alto Volta, a

oportunidade de expressarem seus pontos-de-vista sôbre a Negritude. Na verdade, julgando-se pelos jornais da época, o regime tentou impor uma imagem de benigno paternalismo, caracterizado por fotografias de negros e escoteiros franceses competindo uns com os outros — dificilmente a imagem de um regime inspirado pela dominação ariana (17).

Com certeza, na África Ocidental Francesa não há evidência da idéia sequer de que os africanos se bandearam espontaneamente para a causa de De Gaulle. De fato, em 1942, quando os Aliados desembarcaram na África do Norte Francesa, e o alto Comissário Boisson decidiu juntar-se a êles, foi esta uma decisão sua, de modo algum ditada por qualquer preocupação para com De Gaulle. Juntando-se aos Aliados, Boisson punha mais de 100.000 soldados em potencial à sua disposição, além de provê-los com o importante pôrto de Dacar e de portos intermediários para os seus aviões. Na verdade, foi ao Governo Francês da Argélia, sob o General Gouroud, que alegava derivar legitimidade do próprio Pétain, que Boisson aderiu em novembro de 1942. Em Dacar, o nome de De Gaulle não foi sequer mencionado até abril de 1943, quando êste se tornou co-presidente do Governo do qual mais tarde se faria chefe exclusivo.

De Gaulle nunca perdoou a Boisson sua recusa em submeter a África Ocidental Francesa ao Governo da França Livre em 1940, e vingou-se inflingindo-lhe a pena de prisão e degradação nacional.

V

Em abril de 1943, Boisson vaticinou o valor da mudança do regime de Vichy para o da França Livre em sua declaração sobre o nôvo papel da África Ocidental Francesa:

“Nós devemos produzir. A próxima safra de amendoim no Senegal deve ser particularmente um grande sucesso. . . Eu concluo com uma equação: Trabalho = Libertação da Mãe Pátria.” (18)

Como na I Guerra Mundial, a África Ocidental Francesa tinha mais uma vez, de suprir os seus senhores com alimentos e soldados. O recrutamento foi acelerado e planos para a produção de culturas foram introduzidos.

Sob a administração de Vichy os agricultores tinham ficado impedidos de exportar suas colheitas por causa do bloqueio. A exportação de amendoim da África Ocidental Francesa caiu de 419.000 toneladas em 1940, para apenas 114.000 em 1942. A produção de cacau decresceu ainda mais dramaticamente. No Senegal, sob a França Livre, a “Batalha do Amendoim” destinou-se a elevar a produção aos níveis de antes da guerra. Pressões administrativas, tais como o envio de mão-de-obra camponesa de uma colônia a outra,

conforme a estação das colheitas, e a requisição por preços fixos da produção obtida, foram adotadas.

Estas pressões eram de tal sorte drásticas que chefes locais eram forçados a produzir certa cota de um produto sob pena de prisão domiciliar. Regiões recebiam ordens de produzir culturas que lhes eram estranhas. Há, até, a famosa história do telegrama recebido por um administrador francês instruindo-lhe para produzir mel no seu Distrito. Ele respondeu: “— Concordo mel. Envie abelhas” (20).

VI

As conseqüências para os africanos ocidentais dessa mudança política foram similares então àquelas da I Grande Guerra. Mas, enquanto as reformas prometidas ao fim daquele conflito, em troca de soldados e alimentos, jamais foram cumpridas, De Gaulle, em seu famoso discurso da Conferência de Brazzaville, em 1942, iria dar início a reformas que tiveram, como nós hoje podemos ver, de uma perspectiva atual, como conseqüência lógica, a independência da África francófona.

Embora, na sua maioria, os africanos tenham sido recrutados passivamente em apoio do regime da França Livre, na própria África, De Gaulle, em reconhecimento pela contribuição africana à libertação da França ofereceu-lhes reformas políticas, sociais e econômicas. Sem a África Equatorial como base inicial para a sua França Livre, sem soldados africanos e sem produtos agrícolas produzidos pelos camponeses negros, é duvidoso que De Gaulle pudesse jamais ter atingido a sua meta de reabilitar a França derrotada. Como o próprio De Gaulle reconheceu na Conferência de Brazzaville, a França “encontrou seu refúgio e seu ponto-de-partida para a libertação” (2) na África.

Aos africanos êle oferecia tímidas reformas ou concessões na esfera política. Conquanto estivesse fora de questão o problema de govêrno próprio, os africanos iriam desempenhar um papel maior no processo político. As colônias deveriam ser representadas na Assembléia Constituinte da IV República e cada colônia deveria, como o Senegal, ter uma assembléia representativa; o direito do voto para os africanos, embora não universal, deveria ser tão amplo quanto possível.

Na esfera social, o odiado estatuto do indigenato deveria ser abolido e o trabalho forçado gradualmente extinto dentro de um período de cinco anos. As condições de trabalho para os trabalhadores africanos seriam melhoradas, a educação ampliada e também melhorada.

Finalmente, na esfera econômica, foi criado o FIDES (Fonds d'Investissement pour le Developpement Economique et Social).

Entre 1945-1960, mais de quatrocentos milhões de libras esterlinas foram gastos, sob os auspícios dêste Fundo, em estradas, pontes, melhoramentos agrícolas e urbanos. Até então o Govêrno Colonial Francês quase nenhuma ajuda prestava às suas colônias.

CONCLUSÃO

Conquanto os africanos da África Ocidental Francesa tivessem sido em maioria participantes passivos nos eventos da II Guerra Mundial, o desdobramento dos fatos resultantes da substituição da administração do Govêrno de Vichy pelo regime da França Livre foi de vital importância para êles. Todos os comentadores dêste fato concordam em que as recomendações de Brazzaville, entronizadas em sua maior parte na constituição da IV República Francesa, preparou o caminho para o autogoverno e eventual independência da África Negra de expressão francesa. E assim, embora tenhamos argumentado que os africanos foram largamente indiferentes a qual dos dois regimes os governava, e, que, na verdade, a França Livre exigiu muito mais dêles, o sucesso do regime da França Livre abriu um nôvo capítulo na história social, econômica e política da África Ocidental Francesa.

NOVAS EXPLICATIVAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — A discussão do impacto da II Guerra Mundial na África Ocidental Britânica vem em meu livro: *West Africa Under Colonial Rule*. London, 1968, p. 482-507.
- 2 — HAILEY, Lord. *An African Survey*. London, 1938, p. 201.
- 3 — MUNFORD, V. W. Bryant e BROWNE, G. St. J. *Africans: Learn to be French: A review of Educational Activities in the seven Federated Colonies of French West Africa based on a tour of French West Africa and Algiers undertaken in 1935*. London, 1936.
- 4 — MBELLA Sonne Dipoko. *Journal of Modern African Studies*. London, 7 (4): 752-3.
- 5 — *Ibid.*, p. 753.
- 6 — Ver meu artigo: West Africa and the 1914-18. *Bulletin de L'IFAN*. Dakar, 1968. Tomo 30, p. 227-247. (Série B).
- 7 — DU GARD, Maurice Martin. *La Carte Imperiale: Histoire de la France d'Outre-Mer 1940-45*. Paris, 1949, p. 137-133.
N. B. Esta é uma narrativa evidentemente pro-Vichy dos eventos no Império Francês durante a guerra; contudo traz um material valioso.
- 8 — DU GARD. *La Carte Imperiale...* p. 39.
- 9 — Para uma versão pro-De Gaulle dos acontecimentos na África Ocidental Francêsa naquela época, ver:
LOUVEAU, E. *Au Bagne: entre les griffes de Vichy et de la milice*. Bamako, 1947.
- 10 — DU GARD. *La Carte Imperiale...* p. 112-3.
Presumivelmente esta é a versão da conversa que foi dada por Orfevre a Du Gard quando êle visitou Dacar logo depois dos aconte-

VICHY ET LA FRANCE LIBRE EN AFRIQUE OCCIDENTALE DURANT LA DEUXIEME GUERRE MONDIALE

La présent étude essaie de montrer comme la victoire de la France Libre a ouvert un chemin nouveau pour l'histoire sociale, économique et politique dans l'Afrique occidentale française après la deuxième guerre mondiale.

L'auteur aboutit à cette conclusion après un récit précis des faits survenues en Afrique occidentale française après la défaite de la métropole.